

POR UMA “REBELIÃO EPISTEMOLÓGICA”: Notas Sobre Desenvolvimento e Planejamento Urbano na Perspectiva de Intelectuais Indígenas e Quilombolas

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16064>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 22/7/2024

Mariana Tereza Diniz Mendonça¹
Lidiane Maria Maciel²
Fabiana Felix do Amaral e Silva³

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese do olhar de intelectuais indígenas e quilombolas sobre o desenvolvimento e planejamento urbano. Para tanto foram selecionadas algumas obras de Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Antônio Bispo dos Santos. A finalidade é ampliar a discussão decolonial e contracolonial no campo do Planejamento Urbano e de outras Ciências Sociais Aplicadas, verificando-se que ainda ausenta-se na área um debate aprofundado sobre a potência desses intelectuais. Trata-se de uma revisão bibliográfica teórica, revisitando alguns princípios e problemáticas históricas e conjunturais, um debate sobre como as experiências de comunidades tradicionais tensionam a ordem do desenvolvimento ao apresentarem outras epistemes de uso, ocupação e produção da vida e da natureza. A metodologia é qualitativa, logo, para demonstrar determinados cenários buscou-se exemplificar com eventos de cunho nacional. Como resultados apontamos para a potencialidade dos discursos contra-hegemônicos na construção de um outro planejamento urbano de base comunitária e humana, em que a natureza e a cultura sejam entrelaçadas em uma perspectiva revisitada.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; epistemologia; decolonialismo; desenvolvimento; urbanismo; planejamento urbano.

FOR AN “EPISTEMOLOGICAL REBELLION”: NOTES ON DEVELOPMENT AND URBAN PLANNING FROM THE PERSPECTIVE OF INDIGENOUS AND QUILOMBOLA INTELLECTUALS

ABSTRACT

This article presents a synthesis of the views of indigenous and quilombola intellectuals on urban development and planning. For this purpose, some works by Ailton Krenak, Davi Kopenawa and Antônio Bispo dos Santos were selected. The purpose is to expand the decolonial and countercolonial discussion in the field of Urban Planning and other Applied Social Sciences, it was found that an in-depth debate about the power of these intellectuals is still absent in the area. This is a theoretical bibliographical review, revisiting some historical and conjunctural principles and issues, a debate on how the experiences of traditional communities tension the order of development by presenting other epistemes of use, occupation and production of life and nature. The methodology is qualitative, therefore, to demonstrate certain scenarios, we sought to provide examples with national events. As a result, we point to the potential of counter-hegemonic discourses in the construction of another urban planning with a community and human base, in which nature and culture are intertwined in a revisited perspective.

Keywords: epistemology; decolonialism; development; urbanism; urban planning.

¹ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4896-8013>

² Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5029-7645>

³ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5754-9745>

INTRODUÇÃO

No Brasil, na última década, intelectuais indígenas e quilombolas têm se destacado na produção do conhecimento sobre os territórios, as diferenças e relações das comunidades tradicionais com a vida urbana, mineração e agronegócio. Este trabalho visa a identificar e entender, por meio da abordagem das epistemologias decoloniais e contracoloniais (Kopenawa; Albert, 2015; Santos, 2023, 2019 ; Krenak, 2018, 2019, 2020, 2023; Santos, 2019 , 2023; Célia Xacriabá, 2023; Oliveira, 2023; Benites, 2023; Tupinambá, 2023; Kidoiale, 2023; Maxakali, 2023), os instrumentos peculiares de apreensão da realidade e ação de reexistência⁴ (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022) das comunidades e territórios tradicionais. Esses pensadores vêm provocando um amplo debate acerca da valorização das línguas, artes, medicinas tradicionais, formas de organização social e demais saberes. Destaca-se, ainda, a construção de uma narrativa plural sobre temas atuais, uma vez que esses intelectuais questionam conceitos sobre desenvolvimento, criando novas definições, que estruturam uma episteme capaz de fomentar discussões importantes e necessárias ao debate sobre a sociedade brasileira. Nesse ambiente reflexivo Krenak (2023), por exemplo, nos convida a pensar a “vida selvagem” como política organizativa esquecida ou estigmatizada pelos produtores de saberes comprometidos com a criação de um modelo genérico e padronizado de desenvolvimento urbano.

Ailton Krenak é um líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro, pertencente ao povo Krenak, que vive no Estado de Minas Gerais. Ele se destacou no cenário nacional e internacional por sua luta incansável pelos direitos indígenas e pela preservação do meio ambiente. Sua atuação ganhou notoriedade durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, quando, em protesto, pintou o rosto com a tinta preta do jenipapo, marcando a luta indígena por reconhecimento e direitos na Constituição Brasileira de 1988. Krenak defende uma visão de mundo que reconhece a interdependência entre os seres humanos e a natureza, criticando o modelo de desenvolvimento predatório. Ele é autor de obras que refletem sobre a crise ambiental contemporânea, a importância dos saberes indígenas e a necessidade de uma nova ética nas relações humanas e com o planeta⁵. Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito imortal da Academia Brasileira de Letras (Krenak, 2019, 2020, 2023).

Davi Kopenawa é um líder indígena, xamã e porta-voz dos Yanomami, um dos maiores povos indígenas relativamente isolados da América do Sul, habitando a região entre o Brasil e a Venezuela. Kopenawa ganhou reconhecimento internacional por sua defesa incansável do território Yanomami e pela preservação da Floresta Amazônica. Ele é coautor do livro “A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami”, que oferece uma perspectiva profunda sobre a cosmologia, a sabedoria e o modo de vida Yanomami, ao mesmo tempo que critica os impactos devastadores da invasão de terras indígenas por garimpeiros e grupos que representam outros interesses econômicos⁶ (Kopenawa ; Albert, 2015).

⁴ “Discutem-se as diferenças entre reexistência e resistência, mas colocam-se em diálogo para mostrar sua complementaridade. Propõe-se que reexistência e resistência são processos que se acumulam, se sobrepõem, incorporam e renovam, dando novos sentidos à existência e ao espaço, e, portanto, mudam as estratégias de territorialização, com base no passado/tradição, nas lutas/conflitos presentes e nas projeções/sonhos/imaginações” (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p. 1).

⁵ Disponível em: [tps://academiaminheteiradeletras.org.br/academicos/ailtonkrenak/](https://academiaminheteiradeletras.org.br/academicos/ailtonkrenak/) em 25 mar. 2024.

⁶ Disponível em: Davi Kopenawa Yanomami – Biografia – Survival International (survivalbrasil.org). Acesso em: 25 mar. 2024.

Antônio Bispo dos Santos (2019) é escritor, poeta e quilombola brasileiro, cuja obra se destaca por tensionar o debate sobre território, memória e identidade. Originário do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, sua produção literária é profundamente enraizada na experiência quilombola, trazendo à tona as lutas históricas e contemporâneas dessas comunidades por reconhecimento, direitos territoriais e preservação de suas culturas e modos de vida. Por meio de seus textos e sua atuação, Bispo contribui significativamente para a visibilidade das questões quilombolas, além de ser uma voz ativa contra o racismo e a desigualdade social no Brasil.

Esses intelectuais, cada um com sua singularidade, contribuem para debates essenciais sobre direitos humanos, ambientalismo, arte, saúde mental e a necessidade urgente de repensar as relações entre sociedade, cultura e natureza. Suas vidas e obras são fontes de inspiração para movimentos sociais, acadêmicos e para todos aqueles comprometidos com a construção de um mundo mais justo e sustentável.

No campo do planejamento Urbano e Regional no Brasil, observa-se que esses pensadores, ao questionarem o estado atual de degradação das cidades brasileiras, propõem uma maior conexão entre aquilo que ocorre no campo (em especial nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e aldeias, degradadas pela extração mineral e produção agrícola) e nas cidades.

A argumentação baseia-se em uma perspectiva do contraste e revela a necessidade de repensar e relativizar as abordagens convenientes do planejamento urbano e permitir considerar as sabedorias e os valores das comunidades tradicionais como fontes de conhecimento e inspiração para a construção de cidades mais sustentáveis, equitativas e culturalmente diversificadas.

Considerando esses aspectos, este artigo tem como objetivo geral revisitar as reflexões de pensadores indígenas e quilombolas, capturando suas visões sobre a organização dos territórios e saídas de emergência para aquilo que Ailton Krenak chamou de “adiar o fim do mundo”, ou Davi Kopenawa definiu como “queda do céu” (Kopenawa; Albert, 2015). Observa-se que a sociedade brasileira, ao vivenciar quase cem anos de uma urbanização acelerada, em virtude do desenvolvimento capitalista e industrial, produziu cenários de profundas desigualdades socioterritoriais, que se refletem de maneira mais exata no balanço crítico de diferentes pensadores, quase sempre aliados da Academia. A produção de um pensamento contracolonial, como posto por Antônio Bispo dos Santos (2019), apresenta-se, portanto, como uma necessidade.

A revisão bibliográfica presente no texto foi conduzida de maneira sistemática, com o objetivo de capturar as visões de alguns pensadores indígenas e quilombolas sobre a organização dos territórios e as saídas de emergência para os desafios contemporâneos. Inicialmente foram selecionadas obras de Ailton Krenak e Kopenawa e Albert, e revisões secundárias, incluindo estudos acadêmicos sobre epistemologias decoloniais. A leitura exploratória dessas fontes permitiu a identificação de temas principais e a anotação de ideias-chave. Em seguida, as informações foram categorizadas e codificadas, facilitando a análise temática e crítica dos dados. Esse processo revelou padrões e relações entre conceitos, destacando a importância das epistemologias alternativas na compreensão das dinâmicas territoriais.

A análise de conteúdo sintetiza e integra as informações coletadas, construindo uma narrativa coerente, que apoia o argumento central do artigo. A síntese das informações foi

integrada com teorias existentes sobre planejamento urbano e regional, demonstrando como as visões de pensadores indígenas e quilombolas podem enriquecer e desafiar abordagens tradicionais dos planejadores e seu viés tecnicista⁷. Assim, a revisão bibliográfica oferece uma base sólida para a argumentação, evidenciando a necessidade de diálogos interculturais que respeitem a autonomia e os saberes das comunidades tradicionais.

Além desta introdução, o artigo conta com três seções. A primeira revisita o debate sobre a produção do espaço no capitalismo urbano. A segunda pretende explorar a dinâmica entre Estado, território, poder como espaços de disputa, abordando os momentos críticos que moldaram as políticas de desenvolvimento, como a ditadura, a Constituição de 1988 e os consensos internacionais, enquanto examinamos o histórico legislativo referente aos direitos dos indígenas e quilombolas. Na terceira, discute-se a ideia de “desenvolvimento” contraposto ao debate de “envolvimento”, identificado nas obras de Krenak (2019, 2020, 2023), Antônio Bispo dos Santos (2019, 2023) e outros pensadores contracoloniais.

REVISITANDO O DEBATE SOBRE A FUNCIONALIDADE DOS TERRITÓRIOS NO CAPITALISMO

Segundo Milton Santos (2000), todo e qualquer pedaço da superfície da Terra tornou-se funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história. Para isso houve a criação e fortalecimento de instituições e negociação que regulam e orientam o desenvolvimento das cidades e regiões, tendo o planejamento urbano e regional como a área que detém a responsabilidade de planejar e formular políticas públicas, diretrizes e planos para o desenvolvimento dos territórios. Uma certa utopia foi concretizada por meio da transformação de espaços humanos em espaços construídos para servir aos interesses financeiros das empresas e dos agentes dominantes de uma economia cada vez mais globalizada (Santos, 1996).

Nesse contexto, o “direito ao entorno”, ou seja, o simples direito do cidadão de se sentir protegido no lugar em que vive e de poder interagir com os processos de reorganização espacial que afetam diretamente seu modo de vida, não é respeitado. Desse modo, o urbanismo tende a ser controlado pelas empresas, que levam a competitividade das grandes corporações para o planejamento das cidades. O objetivo é torná-las igualmente competitivas, mas, ao mesmo tempo, mais divididas por meio da concorrência acirrada entre os diferentes lugares (Santos, 1996). Tal perspectiva revela a influência predominante do poder econômico na configuração das cidades, em que os interesses das empresas e agentes hegemônicos da globalização muitas vezes prevalecem sobre o bem-estar e os direitos dos cidadãos.

⁷ As autoras Piquet e Ribeiro (2008) discutem e identificam ideias mestras de quatro fases do ensino de pós-graduação de Planejamento Urbano e Regional no Brasil: “década de 1950 e início da década de 1960 (planejamento para a mudança e relevância da questão do desenvolvimento); década de 1970 e início da década de 1980 (planejamento tecnocrático e controle da escala nacional); décadas de 1980 e 1990 (predomínio da gestão e centralidade atribuída às forças do mercado); tendências atuais (retorno à questão do desenvolvimento e crescente preocupação com o planejamento de longo prazo)” (p. 49). Essa abordagem histórica nos ajuda a compreender como se deu a relação entre planejamento e as vinculações teórico-ideológicas de desenvolvimento presente em cada momento histórico e que reverberam até os dias de hoje nas práticas de políticas públicas do planejamento urbano e regional no país, através dos profissionais planejadores, que em sua maioria são arquitetos.

Ailton Krenak (2020) também sugere que “a ideia de concentração de riqueza chegou a um clímax. O poder e o capital entraram em um grau de acúmulo em que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo (...) Isso porque os governos deixaram de existir, somos governados por grandes corporações” (p. 15).

A ideia de cidadania, baseada no Direito Universal, também tem sido construída segundo uma lógica excludente, apesar dos esforços do estabelecimento da democracia do país, principalmente a partir da Constituição de 1988. A força do neoliberalismo, porém, captura ideias, conceitos e práticas e consegue ressignificá-las para que possam atuar e se desenvolver de acordo com os interesses econômicos sempre presentes na realidade brasileira. Nesse cenário, é importante entender de que forma as agendas da ONU e a aliança com Estados, instituições e corporações em um nível global configuram e mantêm estruturas pouco transformadoras das ações sociais humanas. Essa legitimação e sua perpetuação, por meio da aceitação de suas decisões, muitas vezes se constituem em equívocos e causam perdas sociais. É possível notar, a partir do cruzamento dos discursos econômicos históricos com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que estes ainda se vinculam a teorias e visões ortodoxas do campo da Teoria do Desenvolvimento.

A Agenda 2030, por exemplo, expressa a síntese de uma construção histórica do pensamento econômico e social, em que diversas concepções de desenvolvimento capitalista tentam coexistir rumo a um futuro incerto, como pontua Krenak (2020) ao falar sobre um tal horizonte perpétuo:

(...) esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições – foram devastando tudo ao redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade – alguns de nós fazemos parte dela (p. 10, grifos nossos).

Nesse cenário, saídas de emergência ao sistema pouco se apresentam como nova possibilidade de existência. Harvey (2004) versa sobre o descrédito do comunismo como projeto utópico e o liberalismo como algo que também não inspira o sentido de um advento de um novo tempo que possa de fato transformar a sociedade e a sociabilidade vigentes. Para esse autor, há um declínio das narrativas utópicas para o desenvolvimento dos grandes projetos geopolíticos.

Os movimentos utópicos, no decorrer da História moderna, agiram como provocadores de movimentos sociais, criando novos ideais e formas de viver a realidade tradicional. Mesmo sem grandes êxitos históricos na construção de comunidades intencionais, como aqueles inspirados nos ideais de Charles Fourier (1772-1837) em seu associativismo voluntário na criação dos falanstérios, o utopismo comunitário persiste no imaginário afetivo, e as experiências efetivas realizam-se continuamente, não mais como um projeto geopolítico mais amplo, mas como iniciativas pontuais de grupos diversos, que se unem em associação para planejamento e experiência de produção social do espaço em territórios diversos. Pode-se visualizar as comunidades como utopias realistas, cuja missão é criar, no presente, uma sociedade diferenciada e livre das formas de dominação que prevalecem na realidade das cidades brasileiras atuais.

Essas alternativas podem ser vivenciadas tanto sob uma lógica de confrontação como o *status quo* quanto sob uma lógica de coexistência paralela. Ao adotar uma postura de escuta atenta e um olhar crítico e compreensivo em relação às formas pelas quais os indivíduos planejam e organizam seus espaços comunitários, a disciplina do Planejamento Urbano e Regional tem a oportunidade de obter novas perspectivas e promover ações inovadoras. A compreensão aprofundada das dinâmicas e princípios subjacentes a essas comunidades pode enriquecer o campo do planejamento, oferecendo abordagens mais inclusivas e contextualizadas.

Na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário para vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade (Santos, 2000, p. 134).

Assim, fica evidente a distinção entre organizações e movimentos estruturados, como a área do planejamento urbano e o próprio cotidiano, que é compreendido como um tecido flexível de relações em constante movimento e adaptação às novas circunstâncias. Enquanto as organizações institucionais têm sua importância como instrumentos de agregação e multiplicação de forças afins, é fundamental reconhecer que o cotidiano das pessoas é caracterizado por sua flexibilidade e adaptabilidade, refletindo um autêntico pragmatismo existencial. Embora as instituições, junto ao Estado, sejam cruciais para a articulação de esforços e a negociação necessária para alcançar metas, é preciso evitar a cristalização da disciplina do planejamento urbano e sua prática às repetições mecânicas de estratégias e táticas. Em vez disso, é possível aprender com a riqueza e autenticidade do cotidiano, dinâmico e sempre em evolução. A flexibilidade e adaptabilidade do cotidiano são fontes de veracidade e devem servir de inspiração para a institucionalidade, incentivando-a a se ajustarem e responderem de forma criativa e eficaz aos desafios que surgem. Assim, a compreensão do cotidiano como um modelo de pragmatismo existencial e sua influência no campo do Planejamento Urbano e Regional podem incentivar uma abordagem mais autêntica, resiliente e eficiente na busca por mudanças sociais significativas.

Existe, no entanto, a construção de diversos legados histórico-geográficos, formas culturais e modos de vida distintos. Se hoje temos o triunfo do liberalismo e toda a sua forma de expressão e formação das sociedades, também existem os espaços de resistência a esse domínio político e econômico. Esses espaços, contudo, estão sempre permeados, afetados e em constante diálogo com a lógica capitalista de entendimento e desenvolvimento social, em que há falta de consideração humanitária em sentido basilar, com as populações, habitantes dos espaços heterogêneos sendo consideradas uma sub-humanidade, como destacado por Krenak (2020). A produção de novas narrativas compartilhadas nesse cenário nem sempre são consideradas no debate sobre o desenvolvimento.

Sobre a produção de conhecimento, Boaventura de Sousa Santos (2007) explica a importância de entendermos o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal, em que existe a divisão da realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. O “outro lado da linha” é considerado e mesmo produzido como inexistente.

A visão de pensadores proveniente de comunidades tradicionais vem definir e instituir no cenário intelectual brasileiro uma nova abordagem epistêmica que visa a romper o “pensamento abissal”, em que essas imponentes vozes eram consideradas menores em suas considerações teóricas para análises da realidade social brasileira, estabelecimento de práticas políticas e formas de vida. Esse movimento vem ganhando força e terreno acadêmico, o que faz com que áreas das Ciências Sociais Aplicadas, como o Planejamento Urbano e Regional, comecem a ampliar seus olhares e considerações numa busca pela compreensão e aceitação das críticas e propostas provenientes dos líderes de setores marginalizados pelo processo histórico-colonial, passando a compreender que a produção do espaço se faz dentro de múltiplas estruturas afetadas pelo capitalismo, em que as populações deixadas propositalmente à margem do desenvolvimento constroem suas alternativas de existência.

A fim de exemplificar o momento histórico-político e a conjuntura, destacam-se eventos que colocaram em questionamento o modelo de produção dos territórios e que evidenciam uma integração dos processos das cidades com as áreas rurais. O Quadro 1 mostra determinados eventos que atingiram comunidades quilombolas e indígenas. Esses eventos promoveram um debate público com lideranças e intelectuais, dado o drama social produzido.

Quadro 1 – Eventos ou ameaças que estimulam o debate sobre desenvolvimento

Ano	Evento/ameaças	Impactos sociais/ambientais	Intelectuais públicos
2015	Desastre no Rio Doce	No dia 5 de novembro de 2015 rompeu em Mariana, Minas Gerais, a barragem do Fundão, pertencente à Mineradora Samarco S.A. ⁸	Ailton Krenak
2023	Crise sanitária entre os Yanomami	Crise do garimpo ilegal ⁹ – a partir de 2018	Davi Kopenawa
2023	Vulnerabilidades socioeconômicas inviabilizando a permanência de famílias nos quilombos	Pressão por obras de infraestrutura nos anos recentes e desmatamento ¹⁰	Antônio Bispo dos Santos (1959-2023)

Fonte: Elaboração própria a partir de estudos referenciados no Quadro.

⁸ É uma *joint-venture* entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. De acordo com Bowker Associates (2015)¹, esse foi o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, considerando os registros iniciados em 1915. Em sua análise, os autores consideram o volume de rejeito liberado (cerca de 60 milhões de m³), a distância percorrida pela lama (mais de 600 km até chegar à foz do Rio Doce) e os prejuízos estimados (US\$ 5,2 bilhões, ou R\$ 20 bilhões, baseado no valor estipulado pelo governo federal). Para além das perdas materiais e ambientais, a tragédia humana envolvida no desastre foi um dos principais agentes mobilizadores nos dias imediatamente posteriores ao rompimento da barragem. Fonte: Desastre no Vale do Rio Doce. Disponível em: <https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2020/09/desastre-no-vale-do-rio-doce-16-03-2017.pdf>. acesso em: 30 de maio de 2024

⁹ “De acordo com o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal da TI Yanomami, de outubro de 2018-2022, a área impactada pelo garimpo cresceu mais 300%, atingindo um total de 5.053,82 hectares de área devastada. E, se antes desse período a exploração ilegal estava centrada em algumas zonas localizadas nos rios Mucajá e Uricoera, em 2022 ela se expandiu para novas áreas, afetando diretamente quase 60% da população Yanomami. Fonte: relatório “Nós ainda sofremos”. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yad00620.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024

¹⁰ Na década de 2020 são 485 Territórios Quilombolas pressionados em 1.931.583,9 ha pela sobreposição de área de influência direta de obras de infraestrutura planejadas, 15.339 cadastros de imóveis rurais (1.143.619,5 ha incidentes) e 1.385 requerimentos minerários (781.467,3 ha incidentes). Destaca-se do estudo ainda desmatamento. Fonte: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pressoes-ambientais-nos-territorios-quilombolas-no-brasil>. Acesso em: 30 maio 2024.

Entre o desenvolvimento e o “envolvimento”: a institucionalidade do poder de gestão dos territórios

No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico (2022) há 1.693.535 de pessoas indígenas e 51,2% da população indígena está concentrada na Amazônia Legal. No que se refere a terras, o Censo apontou que 622,1 mil (36,73%) residem em terras indígenas e 1,1 milhão (63,27%) fora delas. Três Estados respondem por quase metade (46,46%) das pessoas indígenas vivendo nas terras indígenas: Amazonas (149 mil), Roraima (71,4 mil) e Mato Grosso do Sul (68,5 mil)¹¹. No que se refere às comunidades quilombolas, o Censo quilombola apontou a existência de 1.300 declaradas¹². A partir dessas evidências empíricas, de populações que se apresentam como residuais ao desenvolvimento nacional, Krenak (2023) nos estimula a pensar os lugares reservados ao modo de vida e de pensamento dessas populações.

Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje? É uma convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida. Quando eu falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formam os profissionais que perpetuam a lógica de que a civilização é urbana (Krenak, 2023, p. 64).

Ailton Krenak (2023) propõe uma reflexão sobre como a ideia de que “a vida é selvagem” poderia influenciar a produção do pensamento urbanístico contemporâneo. Ele sugere que essa perspectiva é um convite à rebelião epistemológica, questionando e desafiando os paradigmas dominantes que moldam a forma como entendemos e produzimos o espaço urbano. Krenak critica a visão dicotômica que separa a civilização urbana de tudo o que está fora das cidades, considerado bárbaro, primitivo e descartável. Essa lógica, perpetuada pelas escolas que formam os profissionais do urbanismo, ignora a potência de existir e a poética presente na vida selvagem, ou seja, nas formas de vida e conhecimento que não se enquadram nos padrões urbanos hegemônicos. Ao afirmar que “a vida é selvagem”, Krenak busca valorizar e reconhecer a diversidade de modos de existência e saberes que foram marginalizados e esquecidos pelo pensamento urbanístico dominante. Ele convida a uma mudança de perspectiva, sugerindo que a incorporação dessa ideia poderia levar a uma produção do espaço urbano mais inclusiva, respeitosa e colaborativa com a multiplicidade de formas de vida existentes.

O autor questiona-se se os planejadores urbanos estariam dispostos a descortinar suas visões de mundo eurocêntricas em prol da construção de um saber e prática que levam em consideração o “outro” interpretado como selvagem pela visão ocidental.

As reflexões de Krenak (2020) sobre a ciência e o urbano trazem à tona uma crítica profunda à forma como a sociedade contemporânea se relaciona com o ambiente natural e constrói seus espaços de vivência. Ele questiona a lógica predominante de dominação e exploração dos recursos naturais, característica do modelo de desenvolvimento capitalista, que

¹¹Informação disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022>. Acesso em: 30 maio 2024.

¹²Informação disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso em: 30 maio 2024.

vê o mundo como uma fonte inesgotável de matéria-prima a ser moldada conforme as necessidades humanas.

Essa perspectiva nos leva a uma relação destrutiva com o planeta, na qual a incessante busca por progresso resulta em uma exploração desenfreada dos ecossistemas, culminando em graves crises ambientais e sociais. O autor ainda questiona os responsáveis pela atual condição urbana, colocando vários atores como corresponsáveis.

A visão de cidade que Krenak critica é aquela que se baseia em conceitos de segregação, em razão dos quais as urbes são construídas de maneira a separar os seres humanos do restante do mundo natural, e até mesmo de outros grupos humanos considerados “indesejáveis”, como moradores das favelas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e beiradeiros. Ele argumenta que esse modelo de cidade não apenas é insustentável em termos ambientais, mas também perpetua desigualdades sociais e culturais.

O conceito de “necrocapitalismo” mencionado por Krenak reflete uma economia que se sustenta na exploração da morte, seja de seres humanos, seja do meio ambiente, de modo que a urbanidade se torna um símbolo dessa destruição.

Também existe a necessidade de reconhecer e valorizar as diferentes formas de organização urbana que existem ao redor do mundo, como as cidades africanas, chinesas e indianas, que possuem lógicas próprias de interação com o ambiente e organização social, muitas vezes mais integradas e respeitadas com o meio natural e com as diversas formas de vida. Krenak critica a tendência ocidental de julgar essas organizações como inferiores ou inadequadas, baseando-se em um padrão único de “limpeza” e ordem, que ignora a riqueza dessas outras formas de urbanidade existentes pelo mundo afora, como na Índia, China e África.

Há a necessidade de repensar o planejamento urbano de forma a integrar elementos naturais nas cidades, promovendo uma convivência harmônica entre o ambiente construído e o ambiente natural. Isso envolve não apenas a preservação de rios e áreas verdes, mas também a criação de espaços urbanos que incentivem a biodiversidade, a sustentabilidade e o bem-estar coletivo, o que começa pelo “reflorestamento” do imaginário.

As ideias de Krenak são um convite à reflexão sobre como as sociedades podem reimaginar suas cidades e estilos de vida de forma a promover uma coexistência equilibrada e respeitosa com o planeta. A proposta do autor para “reflorestar nosso imaginário” vai além da mera reintrodução de elementos naturais no tecido urbano, ou seja, como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais? (Krenak, 2023, p. 65).

Trata-se de uma chamada à reinvenção das bases culturais e epistemológicas que orientam o planejamento e a vivência nas cidades. Isso implica reconhecer e valorizar saberes e práticas não ocidentais de relação com o ambiente, incentivando uma pluralidade de perspectivas na concepção de espaços urbanos que sejam verdadeiramente inclusivos e sustentáveis. Nesse sentido, as cidades não seriam apenas espaços de habitação e trabalho, mas lugares de aprendizado, de encontro entre diferentes formas de conhecimento e de experimentação de novas formas de convivência com o ambiente.

Ao questionar o modelo de cidade moderna, que “não tolera o comum”, Krenak (2023, p. 68) aponta para a necessidade de repensar o conceito de urbanidade de forma a recuperar o sentido de comunidade e de compartilhamento que caracterizava as aglomerações humanas em tempos pré-industriais. Isso envolve desafiar a lógica de mercado que hoje domina o

planejamento urbano, reconhecendo o direito à cidade como um direito coletivo que engloba não apenas a habitação, mas também o acesso a espaços de lazer, cultura e natureza. A visão de Krenak sobre a possibilidade de “erguer bosques, jardins suspensos de urbanidade”, sugere uma reconstrução radical das cidades, em que a arquitetura e o urbanismo sejam campos de conhecimentos de Ecologia, Sociologia, Antropologia, Arte e outras áreas, na busca por soluções inovadoras para os desafios urbanos contemporâneos.

Didaticamente, sabe-se que no Brasil, no âmbito federal, o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional é o principal órgão responsável pelo planejamento urbano e regional e por promover a coordenação e articulação entre os diferentes atores envolvidos, além de fornecer recursos financeiros e técnicos para projetos e programas de desenvolvimento urbano. Nos Estados e municípios, as responsabilidades pelo planejamento urbano e regional variam de acordo com a legislação local. Em muitos casos, as Secretarias de Planejamento Urbano são as principais responsáveis por formular e colocar em prática políticas e planos de desenvolvimento. Também existem outras entidades, como as organizações da sociedade civil, as universidades e os conselhos que, a partir de conhecimentos técnicos, buscam promover a participação social e monitoram o estabelecimento das políticas e planos. Muitas vezes há falta de integração entre os diferentes níveis de governo, o que dificulta a coordenação e a introdução de políticas e planos. Além disso, segundo uma visão positivista da área, a capacidade técnica e financeira das transações muitas vezes é limitada, o que prejudica o desenvolvimento do planejamento.

Esse modelo de desenvolvimento alinhado ao plano internacional levou a uma integração territorial e produtiva do país, mas não sem complicações. A busca pela modernização mostrou-se inalcançável e conservadora, resultando na persistência de desigualdades socioespaciais e um desenvolvimento enviesado. Essas dificuldades decorrem, em parte, da contradição entre as ideias e os lugares, refletindo-se em uma planificação que favorece a reprodução de interesses externos, ligados à globalização e ao neoliberalismo, como sistema econômico (Gomes; Reschilian; Uehara, 2018).

Eduardo Viveiro de Castro (2015, *apud* Kopenawa; Albert) na introdução ao livro “*A queda do céu*” define o Estado Nacional como um instrumento de violência contínuo em sua relação com os territórios e populações em regimes tradicionais:

O Estado nacional? Muito bem, muito bom; mas, muito antes dele, há espíritos invisíveis da floresta, as fundações metálicas da terra, a fumaça diabólica das epidemias e a doença degenerativa do céu – e nada disso tem fronteira, porteira ou bandeira” (Castro, 2015 *apud* Kopenawa; Albert, p. 18).

Seu objetivo é consumir a ‘liberação’ (a desproteção jurídica) do máximo possível de terras públicas ou, mais geralmente, de todos aqueles espaços sob regimes tradicionais ou populares de territorialização que se mantêm fora do circuito imediato do mercado capitalista e da lógica da propriedade privada, de modo a tornar ‘produtivas’ essas terras, isto é, lucrativas para seus pretendentes, os grande empresários do agronegócio (Castro, 2015 *apud* Kopenawa; Albert, p. 19).

De forma geral as comunidades tradicionais se encontram em diferentes níveis de contato e relacionamento com o paradigma da sociedade neoliberal e tentam manejar essa relação da forma mais compatível aos seus preceitos e resolução das dificuldades em uma relação árdua e desigual. Por meio da busca por um cotidiano digno, usam da criatividade humana e articulações da micropolítica em parceria com organização coletiva, para definir suas realidades micros-

sociais de forma ativa e muitas vezes mais efetiva que o planejamento institucional advindo das definições governamentais que costumam permear, margear e até mesmo dificultar essas manifestações empíricas.

Uma questão que se impõe é se existe a possibilidade de um planejamento à margem das instituições públicas, ou trata-se somente de uma autorregulação local dentro das estruturas já estabelecidas. Nessa linha destacam-se as discussões sobre um planejamento insurgente (Miraftab, 2016). Além disso, pode-se questionar se essa autorregulação local pode ser compreendida como uma forma de planejamento territorial efetivo ou se há necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada.

Existe uma relação intrínseca entre território, trabalho e conhecimento nas sociedades ditas “tradicionais”. O território não se limita apenas a um espaço físico, mas também abrange uma dimensão simbólica, em que os grupos humanos agem e interagem com os recursos disponíveis. O trabalho realizado nesses grupos transcende a esfera econômica, englobando aspectos mágicos, rituais e simbólicos, contrastando com a concepção ocidental que tende a separar as dimensões econômica e cultural. Há importância dos saberes práticos produzidos por esses grupos, alimentados pelas necessidades cotidianas e pela classificação dos diversos campos da natureza, sendo fundamentais para a sobrevivência, reprodução e manutenção das identidades culturais. O debate contemporâneo sobre a questão ecológica e a associação construída pela sociedade ocidental entre “desenvolvimento sustentável” e “populações tradicionais”, reconhece a importância desses grupos para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, evidenciando a complexidade das relações entre território, trabalho e conhecimento nessas sociedades (Castro, 1997). Defende-se a presença e o alcance do planejamento à margem das instituições públicas, a compreensão da autorregulação local como planejamento territorial, entendendo o papel das práticas cotidianas e ações locais no processo de planejamento.

Bispo dos Santos (2023) corrobora o tema ao afirmar que:

O desenvolvimento e o colonialismo chegam subjugando, atacando, destruindo. Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação. Quais as consequências da destruição das condições de existência de um ambiente? (p. 97).

Este questionamento de Bispo dos Santos (2023) esteve bastante presente nas reflexões de Krenak (2019), quando se posicionou publicamente sobre o desastre da Vale do Rio Doce. Em 2015, o rompimento da barragem da Samarco, em Minas Gerais, além de matar 19 pessoas, 40.000.000 m³ de rejeitos de minérios foram lançados no Rio Doce. Desse processo destaca-se a maneira objetivista com que é tratada a natureza, como um mero recurso, destituída de direito. Segundo Krenak (2019, p. 40):

O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa).

Logo, sabe-se que a produção capitalista dos espaços, vinculando-se diretamente com a produção das mercadorias, apresenta-se como uma potência sem limites. Nesse contexto, Kopenawa e Albert (2015, p. 355), ao analisarem o garimpo e o impacto nas terras dos Yanomami, consideram que:

Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas emporcalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça. Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os xapiri e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e os dinheiros dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomamis devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos.

Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) realizam uma crítica à lógica capitalista e à concepção ocidental de modernidade, expondo a incompatibilidade fundamental entre os valores intrínsecos das comunidades tradicionais, especificamente dos Yanomami, e os da sociedade de consumo. Esse discurso articula uma perspectiva que transcende a mera oposição entre tradição e modernidade, para destacar uma crise epistemológica e ética na relação do homem moderno com a natureza. Primeiramente, é importante notar a ênfase dada à insuficiência material e simbólica das mercadorias e do dinheiro, em contraposição à riqueza natural e espiritual representada pela floresta, seus habitantes não humanos e os aspectos imateriais da existência humana e espiritual, como os “xapiri” (espíritos na cosmologia Yanomami). A crítica se aprofunda ao evidenciar a destruição ambiental (árvores queimadas, solo ressequido, águas emporcalhadas) e suas consequências diretas na biodiversidade (jacarés mortos, queixadas desaparecidos) e na saúde das comunidades indígenas (Yanomami afetados pelas epidemias).

A passagem também destaca uma concepção de interconexão e interdependência entre todos os seres vivos, incluindo elementos da natureza frequentemente marginalizados pela visão antropocêntrica, como os espíritos e os animais de caça. Essa visão de mundo contrasta radicalmente com a fragmentação e alienação características da modernidade, em razão da qual a natureza é frequentemente vista como um recurso a ser explorado e não como um conjunto de relações vivas e sagradas.

Do ponto de vista epistemológico, desafia a supremacia do conhecimento científico moderno e das formas de racionalidade instrumental que têm orientado a transformação do mundo natural. Ao invés disso, propõe uma epistemologia baseada na relação respeitosa e na reciprocidade com a terra e seus habitantes, humanos e não humanos, como fundamentos para a existência e para o conhecimento. Em suma, não apenas articula uma crítica à modernidade capitalista a partir da perspectiva Yanomami, mas também propõe uma reflexão profunda sobre as bases epistemológicas, éticas e espirituais que deveriam orientar a relação da humanidade com o planeta.

Reconhece-se que os pensadores indígenas e quilombolas revelam uma profunda crítica às práticas e conceitos de desenvolvimento e colonização, destacando a resistência indígena e quilombola e a valorização de formas alternativas de organização social e relação com o meio ambiente. A imposição da demarcação territorial pelo colonizador, mencionada por Kopenawa

e Albert (2015), mostra a tentativa de subjugação e controle sobre os povos indígenas, forçando-os a se adaptarem a práticas estranhas a suas culturas, como a divisão e delimitação da terra, em uma luta contínua pela sobrevivência e manutenção de suas identidades culturais.

Bispo dos Santos (2023) expande a discussão ao criticar o modelo de desenvolvimento que ataca e desfaz modos de vida tradicionais, provocando uma resistência contra a destruição das condições de existência ambiental e cultural. Krenak (2019, 2020) ressalta essa crítica ao desenvolvimentismo, destacando a desintegração das formas de organização social indígena e quilombola promovida pela máquina estatal, que busca uma integração forçada dessas populações ao conjunto da sociedade brasileira, muitas vezes em detrimento de suas culturas e práticas ancestrais.

A valorização de formas alternativas de organização e a relação harmoniosa com o meio ambiente são enfatizadas como caminhos essenciais para enfrentar as crises ecológicas contemporâneas. Dessa forma, Krenak (2020) sugere que as práticas e visões de mundo dos povos indígenas oferecem lições fundamentais para a construção de um futuro mais justo e sustentável, promovendo uma relação mais equilibrada com a natureza.

Nessa nova literatura, portanto, há um convite à reflexão crítica sobre as bases epistemológicas e éticas que sustentam as práticas de desenvolvimento e gestão territorial, apontando para a necessidade de diálogos interculturais que respeitem a autonomia e os saberes dos povos indígenas e quilombolas. A resistência dessas comunidades não apenas protege seus territórios e modos de vida, mas também destaca a urgência de repensar as noções de desenvolvimento, progresso e modernidade, frequentemente baseadas em uma lógica de exploração e desconsideração das formas de vida humana e não humanas.

Torna-se fundamental para os planejadores contemplar tanto uma reflexão profunda e a compreensão dos sujeitos e do mundo como também o esforço de nos capacitar para desenvolver projetos pertinentes aos desafios atuais. Ao repensar visões e práticas tradicionais desse campo, busca-se reconhecer a diversidade e complexidade das realidades sociais e culturais, envolvendo os diferentes atores no processo de planejamento e decisão.

A Reflexão sobre a autonomia do projeto, a reeducação e alternativas ao planejamento capitalista

A sinuosidade do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano¹³ (Krenak, 2023, p. 7).

Na atual conjuntura econômica e política, disputar a *autonomía del diseño*, como mencionado pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar (2014), tem se mostrado uma dimensão maior que a insurgência, tal como posto pela literatura especializada do planejamento urbano, fundada nas reflexões de Mirafteb (2016). Escobar nos mostra que há uma dificuldade na aceitação de um pluriverso fundado na diversidade da experiência da vida ou na diferença radical. O agir contra-hegemônico apresenta-se como a única possibilidade de existência diante do empobrecimento provocado pela gestão neoliberal das cidades nesses últimos 40 anos.

¹³Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/wp-content/uploads/2022/12/A-Vida-e-Selvagem-%E2%80%93-Ailton-Krenak-v5.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Atualmente, diferentes comunidades tradicionais fazem parte da narrativa contra-hegemônica e percebe-se que pouco são consideradas no Planejamento Territorial dos municípios brasileiros. É recorrente que sejam vistas como problemas ao ordenamento territorial. É, portanto, de significativa importância que as comunidades latino-americanas sejam vistas como campo de ação a ser estudado e entendido como uma forma de planejamento significativa no desenho do “bem-viver”.

Escobar (2014) também destaca “que as lutas por territórios tornam-se lutas pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta, em uma resposta ao projeto de modernidade de Um Mundo que busca converter os muitos mundos existentes em um só” (p. 76). O que é necessário seria a afirmação de uma possível multiplicidade de mundos em uma luta constante por outros modelos de vida, economia e sociedade (Escobar, 2014).

Nesse cenário, existe também uma dimensão pedagógica nos processos de socialização nos espaços da comunidade que podemos identificar como *zonas libertadas*, segundo conceito de Boaventura de Sousa Santos (2019). O conceito de zonas libertadas representa um modelo de comunidade que se estabelece por meio do consenso e da participação de todos os seus membros. Caracterizam-se por serem performativas, pré-figurativas e educativas, almejando ser utopias realistas ou heterotopias. Seu objetivo central é a criação imediata de uma sociedade diferente, livre das formas de dominação vigentes no presente.

As zonas libertadas podem emergir como resultado de amplos processos de luta ou como fruto de iniciativas isoladas concebidas para experimentar formas alternativas de construção de comunidades. Essas alternativas podem ser vivenciadas por meio de uma lógica de confrontação, desafiando o *status quo*, ou por meio de uma lógica de existência paralela, buscando criar um espaço independente e autônomo. Essas comunidades representam um chamado à imaginação e à prática de novas formas de viver em sociedade, nas quais a participação ativa, o consenso e a busca por alternativas emancipatórias são os pilares fundamentais.

A perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2019) também enfatiza que os espaços comunitários tradicionais podem ser compreendidos como zonas de resistência e reeducação que transcendem outros paradigmas de convivência na contemporaneidade social. Essa visão é percebida como positiva no sentido de propiciar a formação de grupos com características e perspectivas heterogêneas em relação à vida e à atuação no mundo. Especialmente em realidades como a brasileira, marcada por um histórico de exclusão social e desigualdades, a noção de um pertencimento social distinto pode fortalecer os fundamentos da cidadania.

O debate acerca do comunitarismo aponta para o potencial solidário e autônomo que as relações sociais mais próximas podem fomentar na formação dos sujeitos sociais. Nesse sentido, Krenak afirma (2019) que as comunidades que, em princípio, nos parecem excluídas, podem nos apontar possibilidades de novos ordenamento(s), planejamento(s) e arquitetura(s). O autor então alude à existência de “poucas humanidades” que, dispersas pelo mundo, mantêm modos de vida que podemos considerar pré-modernos ou não totalmente integrados à lógica global de consumo e produção. Essas comunidades, por não estarem plenamente inseridas no sistema capitalista global, representam formas de existência que desafiam as noções convencionais de progresso e desenvolvimento. Elas não são “consumidoras” no sentido estrito do termo, pois sua sobrevivência não depende do consumo de produtos industriais. Assim, essas “ilhas” de humanidade, que conservam memórias e perspectivas de mundo alternativas, podem oferecer

caminhos para superar a crise ecológica atual. Elas seriam, nas palavras de Krenak, “a cura para a febre do planeta”, pois trazem consigo uma percepção de vida que valoriza a interconexão entre todos os seres e o respeito aos limites da Terra. Krenak coloca diante de nós um dilema fundamental: ou aprendemos a ouvir e respeitar as vozes de todos os seres que compartilham o planeta conosco, ou continuamos em um caminho de confronto com a própria vida na Terra. Essa escolha implica reconhecer a importância de sabedorias e modos de vida que foram marginalizados ou ignorados pela modernidade, e que podem nos ensinar formas mais equilibradas e respeitadas de habitar o mundo.

O autor Antônio Bispo dos Santos (2023) também se insere no debate e tece reflexões críticas sobre as dinâmicas urbanas, a arquitetura e a relação entre ser humano e meio ambiente, destacando a dicotomia entre ambientes urbanos e rurais/quilombolas, bem como as práticas construtivas modernas e tradicionais. O autor define a cidade como um espaço de exclusão de outras formas de vida que não a humana, descrevendo-a como um território artificial e humanizado a ponto de negar a existência do não humano. Essa visão sugere uma crítica à urbanização como um processo que desconsidera a coexistência com outras espécies e o equilíbrio com a natureza, apontando para uma reflexão sobre a necessidade de repensar o urbanismo de forma mais integrada e sustentável. Uma crítica à arquitetura colonialista e sintética, portanto, que se distancia das necessidades humanas básicas de identificação e pertencimento com o espaço habitado. Uma reflexão provocativa sobre o conceito de isolamento e sustentabilidade também é realizada, contrastando a vida em comunidades quilombolas com a existência em condomínios fechados urbanos como os “Alphavilles”. Por meio dessa comparação, questiona-se qual modo de vida seria mais resiliente e autossuficiente diante de desafios como a escassez de recursos. A provocação aponta para a valorização do conhecimento tradicional e da capacidade de viver em harmonia com o ambiente, que evidencia um questionamento referente às noções dominantes de riqueza e pobreza.

A ênfase na produção artesanal e na integração dos elementos da natureza na construção das moradias reflete uma busca por autenticidade e por uma relação mais harmoniosa e saudável entre o ser humano e seu lar, contrastando com práticas modernas de construção que priorizam a uniformidade e a eficiência em detrimento do bem-estar:

O que é a cidade? É o contrário da mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade, Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (Santos, 2023, p. 18).

A descrição das diferenças estruturais e funcionais entre as casas em áreas urbanas e nos quilombos ilustra não apenas questões estéticas ou de *design*, mas também de adaptação e integração com o ambiente. Desenvolver políticas habitacionais, de saneamento, mobilidade, entre outras, que atendam às demandas sociais precisam do respeito às tradições locais. Antônio Bispo dos Santos (2023) traz exemplos de como a colonialidade chega a esses territórios, impondo seus critérios de desenvolvimento e bem-estar social.

Santos (2023) tece ainda reflexões fundamentais acerca da criação de políticas públicas, sobretudo aquelas relacionadas à habitação, que frequentemente são executadas de maneira desarticulada das realidades e demandas das comunidades locais, especialmente no que

respeita às populações tradicionais. O autor mostra a ausência de diálogo e participação das comunidades nas decisões referentes às intervenções realizadas em seu território. O caso de Guaribas exemplifica como o governo priorizou obras que não atendiam às necessidades mais prementes da população, a exemplo da pavimentação da estrada.

Segundo o autor, o Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, faz uma imposição de um modelo habitacional padronizado, que desconsidera a arquitetura tradicional e os materiais locais e é percebida como uma forma de subjugação cultural.

Ainda recorrendo a Santos (2023), preconiza-se que as moradias deveriam ser edificadas a partir dos recursos disponíveis em cada bioma, respeitando os saberes e técnicas construtivas dos povos tradicionais. O modelo habitacional do Minha Casa, Minha Vida em relação às práticas e necessidades locais mostra inadequações em relação à disposição das casas nos lotes, à orientação da cumeeira e à localização de portas e janelas, que são elementos que refletem modos de vida específicos e que influenciam na funcionalidade e conforto das habitações. A padronização imposta pelo Programa desconsidera esses aspectos e limita as possibilidades de expansão e adaptação das moradias pelas famílias.

O autor destaca a necessidade de se repensar as políticas habitacionais e de desenvolvimento territorial no Brasil, buscando uma maior participação e protagonismo das comunidades locais em todas as etapas do processo. É preciso, portanto, valorizar e incorporar os saberes tradicionais, as especificidades culturais e as demandas reais da população na concepção e implementação dos programas.

Os autores *contracoloniais* aqui apresentados tecem uma crítica incisiva à urbanização contemporânea e às práticas habitacionais modernas, promovendo uma reflexão sobre a necessidade de abordagens mais integradas, sustentáveis e humanizadas na relação entre seres humanos e o espaço que habitam. Tais estudiosos encorajam o leitor a repensar as noções de progresso e desenvolvimento, destacando a importância de preservar saberes tradicionais e promover uma convivência mais equilibrada com o meio ambiente. Suas críticas fornecem uma análise sobre as práticas de planejamento urbano, destacando a tensão existente entre o desenvolvimento urbano contemporâneo e as formas tradicionais de habitação e o uso do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico do artigo teve como objetivo levantar reflexões teóricas relativas ao movimento epistêmico que ganha destaque na sociedade brasileira por meio da apresentação crítica de lideranças quilombolas e indígenas, muitas das quais viram suas aldeias e comunidades em declínio, tamanha a ação do desenvolvimento nacional.

Os autores *contracoloniais* tecem uma crítica incisiva à urbanização contemporânea e às práticas habitacionais modernas, promovendo uma reflexão sobre a necessidade de abordagens mais integradas, sustentáveis e humanizadas na relação entre seres humanos e o espaço que habitam. Esses intelectuais encorajam o leitor a repensar as noções de progresso e desenvolvimento, destacando a importância de preservar saberes tradicionais e promover uma convivência mais equilibrada com o meio ambiente. Cabe ainda enfatizar que esses pensadores fornecem uma análise crítica sobre as práticas de planejamento urbano e arquitetônico, revelando a

tensão existente entre o desenvolvimento urbano contemporâneo e as formas tradicionais de habitação e uso do espaço. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, que abarca conceitos de sociologia urbana, ecologia urbana e crítica arquitetônica, essas reflexões questionam os paradigmas dominantes no planejamento de cidades e na construção de moradias, apontando para a necessidade de reavaliar nossas abordagens em relação ao ambiente construído e à sustentabilidade.

Considerar as práticas comunitárias, que têm como base o cotidiano, como técnicas que interagem com outros conjuntos de práticas técnicas, oriundas de contextos tecnocientíficos, possibilita perceber e estabelecer um diálogo entre as diferentes lógicas (Deus, 2023, p. 10). Essa abordagem reconhece o valor da localidade e da diversidade “técnica”, permitindo uma compreensão mais abrangente das diferentes formas de conhecimento e suas contribuições para a construção do território.

Ao adotar essa abordagem, os profissionais e pesquisadores da área podem ser incentivados a desenvolver estratégias mais autênticas, resilientes e eficientes na busca por mudanças sociais significativas. Reconhecer e valorizar os conhecimentos e práticas locais das comunidades tradicionais permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas territoriais e das necessidades específicas de cada contexto. Essa visão ampliada, que considera a diversidade de saberes e técnicas presentes nos diferentes grupos sociais, pode contribuir para o desenvolvimento de políticas e intervenções urbanas e regionais mais inclusivas e participativas. Ao estabelecer um diálogo entre as lógicas e práticas das comunidades tradicionais e os conhecimentos tecnocientíficos, é possível construir soluções mais adequadas para os desafios enfrentados nos territórios.

Nesse sentido, a incorporação dessa perspectiva no Planejamento Urbano e Regional pode favorecer a criação de espaços mais justos, equitativos e resilientes, que levem em conta as especificidades e potencialidades de cada localidade. Essa abordagem autêntica e sensível às vivências cotidianas das comunidades tradicionais tem o potencial de promover mudanças sociais significativas e duradouras.

Em síntese, essas comunidades ressaltam a pluralidade do cenário e a complexidade das interações humanas, demonstrando a capacidade de organização coletiva com base em crenças, valores e objetivos compartilhados. Essas comunidades, presentes no panorama brasileiro, mostram a construção de identidades culturais, engajamento político e preservação das tradições étnicas, enriquecendo a sociedade com sua diversidade, contribuindo para a construção da pluralidade no mundo. Desta forma, ao relativizar (DaMatta, 1981) o planejamento, propõe-se considerar o “distante” e o “diferente” como um meio de análise da própria lógica urbana e industrial que estabelece os chamados “problemas sociais”. As comunidades rurais, aldeias, quilombos, portanto, quando vistas ao inverso, realizam uma crítica profunda ao estado de desenvolvimento urbano vivenciado nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BENITES, T. Rojeroky Hina Ha Roike Jevy Tekohape. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- CASTRO, E. V. de. Prefácio. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B.. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 18-19.

- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.
- DA MATTA, R. *Relativizando*. Uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DEUS, D. E. Tecnodiversidade e educação: reflexões a partir de aprendizagens técnicas no meio rural. *Áltera*, João Pessoa, n. 16, p. 10, 2023.
- ESCOBAR, A. *Sentirpensar con la tierra*. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones Unaula, 2014. p. 76.
- GOMES, C.; RESCHILIAN, P. R.; UEHARA, A. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista Urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 10, n. 1, p. 154-171, 2018 jan./abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/t5yYZXjMySX-z9JJSXcwXk7P/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HURTADO, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y re-existir. *GEOgraphia*, v. 24, n. 53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a54550>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- KIDOIALE, M. As plantas, nossos ancestrais. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 355.
- KRENAK, A. Ecologia política. *Ethnoscientia*, v. 3, (n. 2 Especial), p. 1-2, 2018. DOI: 10.22276/ethnoscientia.v3i2.193. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/viewFile/10225/Krenak%202018>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 40.
- KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 10, 15.
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- MAXAKALI, S. Aldeia-escola-floresta. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363-377. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- OLIVEIRA, J. F. de. “Lutar pela nossa terra”. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- PIQUET, R. P. da S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p49>
- SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023. p. 18, 97.
- SANTOS, A. B. dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília, DF: Incti-UnB, 2019.
- SANTOS, B. de S. *O fim do império cognitivo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SANTOS, B. de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: Novos estudos Cebrap, 2007. p. 71-94.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TUPINAMBÁ, G. O território sonha. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- XACRIABÁ, C. Amansar o giz. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). *Terra: antologia afro-brasileira*. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.

Autor correspondente

Mariana Tereza Diniz Mendonça

Universidade do Vale do Paraíba – Univep

Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano

Av. Shishima Hifumi, 2.911 – Urbanova, São José dos Campos/SP, Brasil. CEP 12244-390

auroramariana33@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

